# Mulheres negras e o abandono social: marcas do colonialismo e da territorialidade

*Black Women and Social Abandonment: Marks of Colonialism and Territoriality*

*Mujeres negras y abandono social: marcas de colonialismo y territorialidad*

Ana Maria Silva Bueno[1]

Stephany Matias de Oliveira Crisostono[2]

Rosalinda Chedian Pimentel[3]

**Resumo:** o presente artigo discute a forma em que a Mulher Negra é posicionada socialmente. Nesse sentido, o corpo do texto faz análises pertinentes sobre o contexto do Brasil, trabalhando com o Colonialismo, seu conceito e seu contexto e enfoque nos seus resultados para a população do país. Em outras palavras, buscará abordar o período escravagista e os moldes europeus projetados na formação social da então Colônia brasileira, que se seguiu até os dias atuais, construindo e fortalecendo moldes de discriminações, em destaque: gênero, raça e classe. Sendo assim, o estudo descreve a realidade da Mulher Negra brasileira diante desse cenário, seguindo por uma visão de território, ora ele sendo um espaço físico, ora ele sendo seu próprio corpo, invadido e comandado pelo "branco civilizador", e abandonado quando ele não se mostra mais necessário. As pessoas negras, principalmente a mulher, só são vistas e "valorizadas" quando estão em um lugar de subserviência, caso contrário, não é preocupação de ninguém, além dos seus. Portanto, o artigo busca explicitar os pormenores dessas violações.
**Palavras - Chave**: Mulheres Negras, Colonialismo, Território, Corpo.

**Abstract:** this article discusses the way in which Black Women are socially positioned. In this sense, the body of the text makes pertinent analyzes of Colonialism, its concept and its context in Brazil, focusing on its results for the country's population. In other words, it will address the slavery period and the European molds projected in the social formation of the then Brazilian Colony, which continued until the present day, building and strengthening models of discrimination, in particular: Gender, Race and Class. Therefore, the writing will begin to describe the reality of the Brazilian Black Woman in this scenario following a vision of territory, sometimes being a physical space, sometimes being her own body, invaded and commanded by the "civilizing white man" and abandoned when she is no longer necessary. Black people, especially women, are only seen and "valued" when they are in a place of subservience, otherwise, it is no one's concern other than their own. Therefore, the article will seek to explain the details of these violations.

---

[1] *Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Franca (UNESP). Integrante do Grupo de Pesquisa GESTA (Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social) desde 2024. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Franca (UNESP). Linha de Pesquisa voltada para questões de Raça, Gênero e Mercado de Trabalho. Orcid: https://orcid.org/0009-0005-3734-9980. Email: ana.m.bueno@unesp.br.*

[2] *Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF). Pesquisadora pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica CNPq (2023-2024) (2024-2025) com a temática relações étnico raciais e seus impactos na saúde mental na educação. Orcid: https://orcid.org/0009-0001-8428-2839. Email: crisostonostephany@gmail.com.*

[3] *Economista e Administradora. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Professora Voluntária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP, Franca(SP), Brasil). E-mail: rchedian@gmail.com.*

**Keywords:** Black Women, Colonialism, Territory, Body.

**Resumen**: este artículo analiza la forma en que se posicionan socialmente las mujeres negras. En este sentido, el cuerpo del texto hace pertinentes análisis del colonialismo, su concepto y su contexto en Brasil, centrándose en sus resultados para la población del país. Es decir, abordará el período esclavista y los moldes europeos proyectados en la formación social de la entonces Colonia Brasileña, que continuó hasta nuestros días, construyendo y fortaleciendo modelos de discriminación, en particular: Género, Raza y Clase. Por lo tanto, el escrito comenzará a describir la realidad de la Mujer Negra Brasileña en este escenario siguiendo una visión de territorio, a veces espacio físico, a veces su propio cuerpo, invadido y comandado por el "hombre blanco civilizador" y abandonado cuando ella ya no es necesario.Los negros, especialmente las mujeres, sólo son vistos y "valorados" cuando están en un lugar de servidumbre; de lo contrario, no es asunto de nadie más que de ellos mismos. Por ello, el artículo buscará explicar los detalles de estas violaciones.
**Palabras clave:** Mujeres Negras, Colonialismo, Territorio, Cuerpo.

## Introdução

A presença das mulheres negras em território brasileiro carrega muita história, mais vezes de dor e luta do que de uma vida comum e minimamente justa. Partindo daí, pensar justiça em um cenário capitalista chega perto de ser utopia, afinal, a luta de classes faz do Burguês um parasita ao trabalhador, sugando sua Força de Trabalho e obtendo um lucro desproporcional àquele recebido por quem o de fato produziu. (CATANI, 2012).

Por outro lado, nem sempre essas foram as posições opostas do tabuleiro. No Brasil colonial, por exemplo, as peças principais eram os Senhores de Engenho e seus escravizados. Ou seja, o primeiro sistema econômico do Brasil foi a escravização, que gerava lucro aos fazendeiros e aos colonizadores, através de um trabalho realizado pelos escravizados, apartado de qualquer perspectiva de humanidade e, pelo próprio tráfico negreiro, que era um comércio bem rentável na época (CATANI, 2012).

Desse modo, é nesse período em que algumas imagens sociais da Mulher Negra passam a ser formadas. Angela Davis (2016, p.17) diz que, durante a escravização, primeiro elas eram vistas como trabalhadoras que produziam lucro, sem gênero algum, depois sua feminilidade era reconhecida, principalmente em formas de abuso por seus senhores. Aliás, as mulheres negras sempre conheceram o trabalho e sua perversidade, tanto que cargos que ocupam atualmente como, domésticas (cuidadoras dos patrões e sua família, deixando as próprias necessidades de lado), quitandeiras e entre outros, são herança do papel lhe dado no período escravagista.

Lélia González (2020) define a imagem da Mulher Negra em duas: a Mãe Preta e a Mulata. A primeira diz respeito aquela que está no papel de cuidado, que é carinhosa, presente, conselheira e disposta. Já a última, é a ideia exportada, sexualizada, definindo-a como um corpo com a pele da "cor do pecado", útil para satisfazer prazer, negada para o casamento. A autora mantém que, a luta dessas mulheres é diferente de suas companheiras brancas, dado que, elas

conhecem o trabalho desde a escravização então solicitar liberdade para trabalhar fora de casa não lhes fazia sentido. Além de que,

> A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da "inferioridade", da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada [...] a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra. (GONZALEZ, 2020, p.42-43)

Diante dessa realidade vivenciada historicamente por mulheres negras no Brasil, o artigo tem como objetivo compreender as especificidades de ser uma mulher negra, que se diferencia da experiência de ser mulher, em outros grupos étnicos. Além disso, a compreensão do artigo se baseia em uma revisão bibliográfica, utilizando artigos científicos, dissertações, livros e outras publicações que abordam a temática escolhida. Para a escrita, foram realizadas leituras minuciosas dos materiais já publicados, além da análise e interpretação das autoras após o levantamento bibliográfico. (GIL, 2002).

A cada seção discute-se pontos específicos, como o que significa ser mulher negra, o conceito de colonialismo além do sentido de território e territorialidade para esses corpos. Portanto, o escrito conclui o porquê que o abandono é uma dor ainda pulsante socialmente a essas mulheres.

## Marcas do colonialismo

O processo de colonização é perverso e se revela como um sistema que desumaniza o colonizador e o colonizado, pois a busca incessante por mercadorias, lucros e frutos oprime populações que não possuem o poder em mãos, trazendo consequências inimagináveis aos colonizados (CÉSAIRE, 2020).

É interessante pensar qual o critério do colonizador, para escolher a população a ser colonizada, de acordo com Kangussu (2021, p. 27) "a ação colonial precisa ver o nativo como inferior, como animal, e esse desprezo pela humanidade alheia não pode excluir o desprezo pela humanidade". Assim, compreende-se que existe um ideal subjetivo de que determinadas populações devem ocupar um lugar diferente de outras, e isso atravessa a subjetividade não apenas do colonizador, mas também do colonizado.

Ao pensar no cenário brasileiro, por mais de três séculos o colonialismo imperou no país, sendo os europeus os colonizadores, e povos negros e indígenas os colonizados. O colonialismo "se refere a todo este sistema exploratório que para além de dominação econômica sob territórios, também instaurou sua dominação na Política, nos corpos e nas subjetividades das populações das colônias" (GOULARTE, PEDRUZZI e REIS, 2024).

Pinheiro (2023) conceitua colonialidade como tendência de desvalorização existencial das nações consideradas "colonizadas" em relação àquelas que se autodenominam "colonizadoras". Em outras palavras, embora o Brasil tenha deixado de ser uma colônia no começo do século XIX, encerrando o período colonial, os efeitos da colonialidade continuam a se manifestar até os dias atuais.

A violência vivenciada e o silenciamento desses povos trouxeram sérios desdobramentos, principalmente no que tange as desvantagens sociais e na constituição das relações envolvendo a população negra no Brasil. Simões et. al (2023) destacam sobre esse período no país:

> Os mais de três séculos coloniais vivenciados no Brasil (do século XVI ao XIX) tiveram como pilar de sustentação, fundamentalmente, a mão-de-obra negra escravizada sob o jugo do domínio senhorial, empurrando a população negra em direção à marginalização social que ainda é experienciada após mais de cem anos da abolição formal da escravidão diante da manutenção de relevantes desdobramentos sociais e psíquicos na atualidade. De maneira que o processo de escravização moldou as relações sociais, culturais, políticas, jurídicas e econômicas da sociedade. (SIMÕES et. al, 2023, p.139).

Césaire (2020) ressalta que os povos colonizados sofreram um processo de "coisificação", pois o olhar que o colonizador tem para o colonizado é de objetificação, animalização e desumanização. Enxergam essas populações como instrumentos de trabalho e não como pessoas.

Aliás, tal realidade se encaixa perfeitamente na definição de Marx (2023) sobre mercadoria, dado que, para os senhores de engenho, o corpo escravizado possuía uma utilidade (valor de uso), já que era obrigado a realizar todo tipo de trabalho, sem que nada a seu favor fosse considerado. Como também, possuíam um valor de troca, considerando o tráfico e o comércio que era realizado com essas pessoas. Ou seja, lhes eram retirados sua humanidade, ao mesmo tempo em que eram mercantilizados e explorados.

Isso resume o período violento que a população negra enfrentou por aproximadamente 400 anos no Brasil, em que mulheres e homens negros vieram sequestrados e submetidos a tortura, trabalho escravo e silenciamento. A população negra obrigatoriamente deixou sua cultura, religião e modos de vida, para obedecer ao lugar que a cultura europeia os destinou.

Após a "abolição" da escravidão no Brasil, as estruturas sociais e relacionais no país não mudaram. Na verdade permaneceram e se perpetuaram, não só na prática, mas no imaginário e na subjetividade dos brasileiros. Isso porque, está impregnado de maneira impalpável na fantasia das pessoas, que determinados grupos sociais são considerados humanos e dentro de um padrão esperado, e outros grupos sociais – muitas vezes com o recorte racial – são sub-humanos, ocupam lugar de subalternidade por merecimento (SIMÕES *et. al,* 2023).

Kilomba (2019) também dialoga sobre essa perspectiva, de acordo com a autora o negro só é visto como diferente, pois existe algo que foi determinado como um padrão, como uma referência, o branco. Ela ainda complementa, que pessoas brancas se enxergam como pessoa, e por isso quem se "diferencia" desse pressuposto estabelecido é considerado diferente e é desumanizado.

Fanon (2020), nessa visão, afirma que a concepção universal de ser humano, é atribuída apenas aos brancos, e sujeitos negros ocupam o "não-ser" estabelecido a eles. É importante destacar que o que baseia essa estrutura é a colonialismo, que está engendrado no olhar e construção da identidade da população.

É inevitável elucidar que o colonialismo traz marcas profundas no desenvolvimento social e psíquico da população negra, principalmente no que se refere as mulheres negras. No Brasil, mulheres sequestradas do continente africano e suas descendentes sofreram diversos tipos de violência.

Eram submetidas ao trabalho escravo manuseado com tortura, impedidas de falar, sofriam estupro pelos senhores brancos, amamentavam os filhos dos casais, e ainda tinham seus filhos retirados muito pequenos (GOMES, 2019). São vivências desastrosas e que trazem impactos até os dia de hoje, moldando o olhar da população brasileira para as mulheres negras, e às colocam em uma posição de encarceramento a partir do estigma de subalternidade imposto pelo colonialismo.

Kilomba (2019), em sua tese de doutorado tem um capítulo intitulado "Pode a subalterna falar?" em que dialoga com o que Spivak (2010) traz acerca desse questionamento.

> Ao argumentar que a subalterna não pode falar, ela não está se referindo ao ato de falar em si; não significa que nós não conseguimos articular a fala ou que não podemos falar em nosso próprio nome. A teórica, em vez disso, refere-se à dificuldade de falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo (Kilomba, 2019).

Spivak (2010) afirma que a subalterna está ausente como sujeito. Para Kilomba (2019, p. 47) "essa ausência simboliza a posição da subalterna como sujeito oprimido que não pode falar porque as estruturas da opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco proporciona um espaço para a articulação das mesmas". Mulheres que historicamente foram silenciadas, violentadas e exploradas na atualidade como falam? Para quem falam? E quem às escuta? O colonialismo tem um grande impacto sobre essa narrativa.

Pinheiro (2023) traz a colonialidade como fenômeno que opera no Brasil, mesmo com o fim do colonialismo. De acordo com a autora

> A colonialidade por sua vez, é um padrão subjetivo de subalternidade do sul global perante o norte global, uma subalternidade para além da dimensão territorial. Ela também está relacionada à construção de um padrão ético, estético, epistêmico, cultural, religioso – tudo isso atravessa padrões de colonialidade (PINHEIRO, 2023, p. 107)

Assim compreende-se que no período pós-colonial, vivenciado nos dias de hoje o colonialismo se revela e ainda "coisifica" e "subalterniza" existências. Há um fenômeno ainda mais arriscado nesse processo, que é a naturalização da hierarquização racial e silenciamento da população negra (PASSOS, 2020). A colonialidade se tornou um substrato social no Brasil, e a normalização desse fenômeno perpetua as condições desumanização e apagamento de populações colonizadas – principalmente a população negra.

## Ser mulher negra

Desde a chegada ao Brasil, mulheres negras tem uma vivência no que tange "ser mulher" diferente de mulheres brancas. O colonialismo, o racismo e o machismo são mazelas sociais enfrentadas por mulheres negras diariamente no país. Esses fenômenos trazem impactos determinantes na garantia de direitos e na saúde dessa população.

De acordo com Akotirene (2018), a existência de mulheres negras no Brasil é atravessada pela interseccionalidade, ela conceitua o termo como:

> Sensibilidade analítica – a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais. (AKOTIRENE, 2018, p. 35).

Sobre essa perspectiva, a interseccionalidade compreende que a existência de mulheres negras é atravessada por fenômenos diferentes ao mesmo tempo, que se refere a raça, ao gênero, a classe e ao território (AKOTIRENE, 2018). Todos esses aspectos constroem um "ser mulher" que convive com as consequências de cada fenômeno concomitantemente, o que traz determinações e molda modos de vida dessas mulheres ao longo da história e nos dias de hoje.

Uma das consequências determinantes na vida de mulheres negras são as múltiplas desvantagens enfrentadas a partir da opressão simultânea lida como interseccionalidade.

Araújo (2023) afirma que em decorrência dessas violências, na escala social, a mulher negra se encontra em último lugar, pois carrega um nível maior de desvantagens e prejuízos em uma sociedade patriarcal[4] e racista.

Dialogando com essa perspectiva, Lélia Gonzalez (2020) afirma que para a mulher negra nunca é apenas o gênero e a classe que determinam como a sociedade a classificará, a raça faz com que essa experiência seja ainda mais específica e difícil no Brasil. A autora descreve o racismo "como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial.

Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam. GONZALEZ, 2020, p. 47). Posteriormente, Lélia ainda traz que "o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira . Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular" (GONZALEZ, 2020, p. 67-68).

Bell Hooks (2019) também dialoga acerca da interseccionalidade que atravessa mulheres negras, a autora traz sobre a temática que:

> Por não serem nem brancas nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que como antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca a si mesma. [...] (HOOKS, 2019, p. 125).

[4]*O patriarcado– ou sociedade patriarcal "é um sistema social baseado em uma cultura, estruturas e relações que favorecem os homens, em especial o homem branco, cisgênero e heterossexual". Dessa forma, relações de domínio são geridas por homens brancos, enquanto indivíduos que não se encaixam nesse padrão são dominados e enfrentam desvantagens severas na sociedade. (FOLTER, 2023)*

Dessa forma a articulação desses interfaces fazem com que a mulher negra experiencie um "ser mulher" marcado por todas essas determinações. No que tange às desvantagens subjetivas, mulheres negras não são ouvidas e nem levadas a sério no Brasil. Existe uma dialética de hipersexualização ou ideia de subserviência que a população lança à imagem sobre as mulheres negras no Brasil, e que sequer elas têm o direito de se colocar (GONZALEZ, 2020).

Como afirma Kilomba (2019) as mulheres negras enfrentam "uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos permanecer para falar com nossas vozes" (KILOMBA, 2019, p. 27).

Sob essa perspectiva, é evidente a ausência de um olhar sensível sobre esses elementos opressores que estigmatizam as mulheres negras, e as colocam em determinados lugares, trazendo desvantagens em vários âmbitos. Um exemplo, é uma pesquisa do IBGE realizada em 2023. O estudo revela que o cargo de empregada doméstica é ocupado por 92% das mulheres brasileiras, enquanto 65% são negras, uma herança que as mesmas carregaram do período escravocrata.

Quando Kilomba (2019) afirma que mulheres negras ocupam espaço em que não podem falar, no Brasil pode-se pensar em uma perspectiva concreta, o lugar de subserviência ainda é ocupado pela população historicamente colonizada.

Outro dado que comprova a perpetuação do racismo e sexismo para com mulheres negras, é o Atlas da Violência (2020) que revela a Mulher Negra como a que mais sofre violência doméstica, trazendo impactos severos e por consequência, um aumento no número de casos de feminicídio contra essa população.

A existência de mulheres negras no Brasil é atravessada diariamente através da colonialidade e do racismo engendrados na sociedade. Assim, urge a necessidade de medidas que promovam promover equidade racial nas relações e principalmente a minimização de múltiplas desvantagens vivenciadas por essa população ao longo da história.

## O abandono social das Mulheres Negras por uma visão de Território

Partindo do conceito de território e adentrando alguns estudos geográficos, sabe-se que nada mais é do que um espaço, delimitado de alguma forma, que possui uma superfície que pode ser trabalhada, ocupada e/ou modificada de diversas maneiras. Isto é, o indivíduo utiliza de territórios para se estabelecer socialmente, criar e permanecer em um coletivo social, produzir seus itens de sobrevivência como o plantio, comércio e entre outros, além de se

reproduzir e perpetuar seu modo de viver para as demais gerações (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005).

Segundo Vale, Saquet e Santos (2005), um território possui dimensões econômicas, políticas e culturais, que se intercruzam, ou seja, estão todas presentes e atuantes ao mesmo tempo. Esses fatores são responsáveis pelos limites existentes entre um território e outro, pois, pode ser que não haja uma linha de fato separando o espaço de cada área, contudo, as diferenças entre as populações ou simplesmente as características dos lugares onde estão, se tornam suficientes para que vivam separadas e cada um sabia onde pertence.

Assim sendo, observa-se que o território carrega as subjetividades de quem o ocupa, além de representar e ser palco da ação humana na natureza e os reflexos dessa interação. Aliás, os autores mencionados acima também enfatizam que há sempre uma relação de poder nesses espaços, agindo em uma dinâmica de dominação e subserviência, seja do homem com a natureza (como dito a pouco) , seja do homem e suas relações sociais, afinal, o que está presente são interesses políticos, econômicos e culturais que são alvos de uma disputa de controle e domínio.

Os autores continuam descrevendo que

> De modo geral, para Saquet, o território não é somente relações sociais; simultaneamente, significa também a materialidade das formas espaciais dos processos sociais de dominação e controle; é fluxo, conexão e enraizamento. O território é efetivado quando ocorre a manifestação e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais, pois são estas que consubstanciam o poder e que os homens mantêm entre si na vida cotidiana, concluindo assim que, onde existem homens há relações e, têm-se, ao mesmo tempo, territórios. As relações são o poder e o poder são as relações e são estas que cristalizam o território e as territorialidades plurais. (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, p.6)

Ainda mais, a matéria também faz parte da ideia de um território, não apenas as relações pessoais. Por exemplo, a forma em que são construídas as casas, se o lugar tem uma igreja, um bar, um mercado, entre outros, são os meios materiais representativos daquele espaço. Ou seja, tudo isso diz algo sobre as pessoas dali e montam a imagem do território, tanto que, se o poder político transforma esses locais, a ideia do espaço passa a ser outra.

Mais um exemplo evidente para a discussão é o movimento de gentrificação. Ele acontece quando famílias de renda média e/ou alta se mudam para bairros de casas com o valor aquisitivo mais baixo. Por consequência, várias alterações começam a acontecer, pois, mais pessoas com condições econômicas elevadas passam a residir nesse lugar, além de o entorno

passar a se adaptar a isso com novos comércios e entre outros setores que atendam as vontades dessa população.

Desse modo, os antigos moradores se veem obrigados a se mudar, dado que, não possuem mais condições de se manter ali, em consequência de o valor aquisitivo das construções também aumentarem o nível de vida social, que por sua vez, começa a ser mais caro. Nessa realidade, pode-se ver a presença dos interesses econômicos, culturais e políticos no desenvolvimento de um território, além dele ser um espaço de constantes transformações, através de processos longos na maioria das vezes (Habitat para a humanidade Brasil, 2018).

Adentrando em mais detalhes, Vale, Saquet e Santos (2005) explicitam que o caráter político é a questão física, natural e primordialmente a relação de poder, visto que, quanto mais território conquistado, mais poder político se tem. Ademais, esses espaços podem ser habitáveis, tendo água em abundância e clima fértil para o plantio, ou não habitáveis, como um lugar extremamente seco em todo o seu ecossistema disponível.

A territorialidade envolve um controle populacional e dos recursos disponíveis, por isso estão tão ligados ao poder. Logo, isso torna o território o próprio responsável por comandar se ali pode se instalar e sobreviver uma sociedade humana ou não. Além disso, pode-se olhar politicamente a área mundial com algumas divisões como um estado nação (País) ou de uma forma menor tipo municípios, bairros.

Por conseguinte, ainda na ideia dos autores, a relação de poder criada está sempre presente, seja ela direta ou indiretamente, a subordinação ao comando do líder do território é uma consciência comum. Já na dimensão cultural, o território representa uma identidade do povo que habita nele, um espaço para construir e guardar memórias, além de criar potencialidades.

Outrossim, Barbosa (2021) ao interpretar Milton Santos, traz que para o geógrafo a definição de território é aquilo que pertence ao indivíduo e onde o indivíduo também pertence, ou a junção de tudo e onde tudo acontece, todas as vidas estão representadas em um território. Agora, indo diretamente na fonte, Milton Santos (2012) discute que o território não é um espaço neutro como se parece, através dele que vem os comandos do que pode ser realizado e o que não pode, casando-se com a ideia relativa às questões materiais explicadas anteriormente.

Para o autor, o tempo também tem grande influência na utilização do território. Exemplificando: atualmente, com a globalização, o poder está, cada vez mais, irrestrito e não necessariamente parado em lugar físico. Afinal, com as tecnologias inovadoras, ou melhor, as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), as barreiras físicas foram ultrapassadas.

Sendo assim, todos os recursos disponíveis, humanos, naturais e concretos estão sendo utilizados a favor de tais comandantes, e por que não dizer, do capital.

Santos (2012) chama esse movimento de fluidez e de condensação do território em favor daqueles que possuem o poder de aumentar essa velocidade de interação, no caso, as empresas (em destaque as multinacionais) em ligação com o Estado que utilizam dos territórios para pôr em prática seus ideais econômicos.

Em conversa com o tema, Grada Kilomba (2019) aborda sobre território partindo da raça. Ela diz que é como se a população negra tivesse que pedir benção aos brancos para compor espaços que os últimos consideram como deles. “Estar dentro da besta anuncia, de alguma forma, o lugar de perigo [...], o perigo de ser da margem e falar do centro” (Grada KILOMBA, 2019, p.67).

Na visão da autora, o sujeito negro é classificado pelo branco como outro. Aquele que é invisibilizado, animalizado e entre outros adjetivos que de qualidade não tem nada. Isso explica muito a respeito do lugar que é socialmente separado e vinculado ao negro, deixado à margem mais distante que houver, à periferia, ao subúrbio. O branco não aceita dividir seu suposto lugar de civilização (físico e social), a não ser que os negros (ou não brancos, como também os indígenas) tenham uma história exótica para contar, algo “primitivo” que o Branco já superou e eles não.

Inclusive, para Kilomba (2019) essa divisão geográfica em “espaços de negro e espaço de branco” torna mais fácil de “controlar” e segregar os indivíduos. Por outro lado, enfatiza que não existe separação das desigualdades, que ainda se perpetuam e se fortificam com essa manobra de segregação, pois, são o motivo para que aconteça. Melhor dizendo, raça, gênero e classe interferem um no outro e em como se é visto e tratado social e subjetivamente. A mulher negra se torna  alvo central dos resultados dessa combinação.

De acordo com uma pesquisa do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2024), as mulheres negras são o grupo que menos experimenta as vantagens sociais, já que possuem baixa participação no mercado de trabalho formal, estando também em uma casa com mais familiares que dependem economicamente delas, além dos afazeres domésticos estipulados pelo patriarcalismo e herança de uma sociedade escravocrata, realizados em sua maioria somente por elas. Nas cidades, são vistas produzindo, no trabalho, nas vendas, sendo independentes, mas não valorizadas, não em cargos de poder, não necessariamente de carteira assinada.

Outro dado mostrado é que elas são destaque no público que recebe auxílio dos programas do governo, por tudo que já foi mencionado e pelo abandono em que vivem por

terem que lidar com essas diversas questões sozinhas, já cansadas de uma vida apenas de lutas. Visto que,

> A colonialidade de poder se constitui pelo pensamento moderno eurocêntrico e implica a imposição de uma divisão sexual e racial do trabalho como fundamento para a reprodução e a expansão do sistema capitalista e das relações de poder desiguais que o constituem.(MANZI; ANJOS, 2021, p.3)

Manzi e Anjos (2021), em seu artigo tematizado sobre as Mulheres Negras e sua territorialidade no Brasil, começam contextualizando o termo diáspora, ou território diaspórico. Segundo elas, o Brasil é um território diaspórico que se formou através da imigração forçada de africanos, que recém-chegados ao país foram obrigados a viver com as regras ditadas nesse lugar, tendo todas as suas raízes sucateadas em prol de um mecanismo econômico denominado escravização. As mulheres negras tiveram um papel ativo no enfrentamento das violências advindas desse processo, contudo, sofreram fortes repressões, principalmente ligadas ao gênero.

Por conseguinte, esse grupo continua sendo a base de todo um sistema, por isso não experimentam a mobilidade social, pois alguém precisa estar no chão para que um outro esteja no topo. As autoras prosseguem conversando sobre territorialização

> [...] a territorialização (que enfatiza o movimento, a dinâmica) se refere ao processo de governar, dominar ou influenciar o espaço, no sentido do seu uso, ocupação, apropriação, produção, transformação etc., ao passo que o território é o resultado (sempre instável e inacabado) desse processo. Esse quadro conceitual permite entender as territorialidades das mulheres negras brasileiras como práticas de resistência e de luta pela (re)apropriação de diversos espaços em que elas vêm ressignificando as próprias trajetórias, construindo novas subjetividades e posicionalidades, servindo de inspiração e horizonte para outras mulheres. Tais territorialidades, no que tange ao poder de decidir sobre o uso do seu corpo, à politização do seu lugar no espaço privado da casa enquanto chefes de família, trabalhadoras domésticas, educadoras, bem como seu protagonismo histórico nas cidades brasileiras, têm servido, ainda que lentamente, para reposicionar as mulheres negras em espaços, funções e posições que antes lhes eram alheios.(MANZI; ANJOS, 2021,p 09-10).

Inclusive, Manzi e Anjos (2021) também abordam o entendimento do corpo da mulher negra como um território, sendo intensamente invadido, controlado, objetificado e hipersexualizado desde o período escravocrata, deixando heranças em seus corpos atuais. As ditaduras da beleza por exemplo, sendo elas regras vendidas de como ser feminina e o que é definido como beleza de “uma verdadeira dama”, faz com que a mulher negra se veja o tempo

todo em constante movimento de se reconhecer e se autoafirmar, tentando ser dona do seu próprio território. Por isso é importante que ela saiba perceber que está sendo invadida.

Portanto, o abandono se dá justamente aí, na socialização e perpetuação de padrões sociais que se alimentam das desigualdades, deixando a mulher negra à mercê do que vier, sem controle real de ter uma vida sem muitas cobranças, trabalho pesado, ser uma guerreira o tempo todo. Ela quer companhia, quer lazer, moradia digna, trabalho registrado, quer poder ser vista.

Os movimentos sociais liderados por mulheres negras como o feminismo negro, associações de bairro e entre outros ajudam nesses desafios diários, porque eles representam união e defesa das verdadeiras necessidades de um território, seja ele uma cidade, seja ele um corpo humano.

## Considerações Finais

Diante do referencial bibliográfico pesquisado, compreende-se que ser uma mulher negra no Brasil abrange atravessamentos de gênero, classe e raça. É importante destacar que esse fenômeno traz desvantagens significativas na existência dessas mulheres, mas esse processo ainda é naturalizado e visto como “normal” pela sociedade.

A opressão e silenciamento experienciada por mulheres negras no país se deu a partir de uma construção minuciosa, que carregou marcas do colonialismo – fenômeno que transcendeu um sistema econômico e passou a ser uma estrutura entranhada na subjetividade da população brasileira. E da territorialidade, marcada pela segregação que transpassa as caraterísticas determinantes que subalterniza esse grupo social.

Diante desse cenário desastroso, as mulheres negras vêm tentando encontrar formas de sobreviver em uma sociedade cheia de amarras acerca de suas existências. Nessa perspectiva, Bell Hooks afirma “somos fortes porque o Estado é omisso, porque precisamos enfrentar uma realidade violenta. Internalizar a guerreira, na verdade, pode ser mais uma forma de morrer" (HOOKS, 2019, p.20).

Isso mostra a importância de elucidar as estruturas sociais opressoras, para que algo seja realizado acerca do Abandono Social de mulheres negras, que é responsabilidade do Estado e de toda sociedade. Urge a necessidade de minimizar prejuízos em aspectos econômicos, de saúde e social dessa população.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ARAÚJO, Luciana Gonzaga de. **Estudo sobre o racismo institucional em abordagens policiais na mesorregião do agreste pernambucano: um olhar sob as perspectivas dos direitos humanos nas audiências de custódia**. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55191 > Acesso em 15 de Out. 2024.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2020. ISSN 2764-0361

BARBOSA, Jorge Luiz. **O território como conceito e prática social.** Observatório das Favelas, 2021. Disponível em: https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2021/07/O-territorio-como-conceito-e-pratica-social.pdf . Acesso em 14 de Set de 2024.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Veneta, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020

FOLTER, Regiane. O que é Patriarcado? Politize! 2023. Disponível em > https://www.politize.com.br/patriarcado/ > Acesso em 14 de outubro de 2023.

**Gentrificação: o que é, como ocorre e impactos sociais.** Habitat para a humanidade Brasil, 2018. Disponível em: https://habitatbrasil.org.br/gentrificacao/ . Acesso em 14 de Set de 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GOMES, Laurentino. **Escravidão–Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Globo Livros, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** 1ºed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOULARTE, Michele; PEDRUZZI, Alana Das Neves; DOS REIS, Paula Ferreira. Colonialismo, subalternização do trabalho e mulheres negras: Uma análise a partir dosFundamentos da Educação Ambiental. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 29, n. 1, 2024. Disponível em < https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/11402/4462 > Acesso em 20 de Out. 2024.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher**?. Editora: Rosa dos Tempos: 2019.

KANGUSSU, Imaculada. Resenha de Discurso sobre o colonialismo. **Viso: Cadernos de estética aplicada,** v. 15, n. 28, p. 23-30, 2021. Disponível em < file:///C:/Users/criso/Downloads/398-Texto%20do%20artigo-1124-1-10-20210811.pdf > Acesso em 20 de Out. 2024.

KILOMBA, GRADA. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano.** 1ªed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Juliana; FERREIRA, Afonso. **Maioria no País, Mulheres Negras são o grupo menos beneficiado por avanços sociais, diz Pnud.** G1, 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/28/maioria-no-pais-mulheres-negras-sao-o-grupo-menos-beneficiado-por-avancos-sociais-diz-pnud.ghtml . Acesso em 16 de Set de 2024.

MANZI, Maya; ANJOS, Maria Edna dos Santos Coroa dos. **O Corpo, a Casa e a Cidade: Territorialidades de Mulheres Negras no Brasil.** Revista brasileira de estudos urbanos e

regionais, v. 23, E202132pt, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeur/a/8FvqfjrzTtwtqMSTdMwVPsG/?format=pdf&lang=pt . Acesso em 16 de Set de 2024.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital/ Karl Marx; tradução Rubens Enderle. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Revista Em Pauta:** teoria social e realidade contemporânea, n. 45, 2020. Disponível em < https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47219 > Acesso em 20 de Out. 2024.

PINHEIRO. Bárbara. C. S. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta Brasil, 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** 22ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SIMÕES, Adriana Souza et al. O impacto subjetivo do colonialismo e racismo em mulheres negras trabalhadoras domésticas. **Laborare,** v. 6, n. 11, p. 135-154, 2023. Disponível em < https://revistalaborare.org/index.php/laborare/article/view/217 > Acesso em 10 de Out. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. Editora: UFMG, 2010.

VALE, Ana Lia Farias; SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roselí Alves dos. **O Território: Diferentes abordagens e Conceito-Chave para a compreensão da Migração.** Revista Fax Ciência, 07,01 (2005) pp.11- 26 UNIOESTE. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/download/7380/5429/26606 . Acesso em: 14 de Set de 2024.

Submetido em: 29/10/2024

Aceito em 25/01/2025